CAMARA MUR	CHAL DE MON	TENEGRO
om No 05	1-Æ0	14/119
12	01_	10
1-10		-

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 14, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

Autoriza o pagamento do piso salarial nacional ao Magistério Municipal de Montenegro, referente aos meses do ano de 2019 em que este seja superior ao valor do padrão referencial de que trata o artigo 42, inciso I, da Lei Complementar n.º 3.943/2003.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, com base no *caput* do art. 5º da Lei Federal n.º 11.738/2008, ao pagamento da diferença do piso salarial nacional ao magistério municipal, equivalente a R\$ 1.406,87 (um mil e quatrocentos e seis reais e oitenta e sete centavos), referente aos meses do ano de 2019 em que este seja superior ao valor do padrão referencial de que trata o artigo 42, inciso I, da Lei Complementar n.º 3.943/2003.

Parágrafo único. A diferença salarial do piso nacional do magistério referida no *caput* deste artigo será paga juntamente com a remuneração dos servidores.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de janeiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO, em 08 de fevereiro de 2019.

CARLOS EDUARDO MÜLLER
Prefeito Municipal

CÁFACRA RIURICIPAL DE MONTENEGRO
Discusido e votado erri:
Ricultudo e votado e vo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Gabinete do Prefeito "Montenegro Cidade das Artes" "Capital do Tanino e da Citricultura"

Ofício n.º 15/2019-GP-ALL

Montenegro, 08 de fevereiro de 2019.

Assunto: Mensagem Justificativa dos Projetos de Lei Complementares n.º 13 e CAMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO 14/2019 051-

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminho o projeto de lei complementar anexo que dispoe sobre a revisão geral de vencimentos e aumento real ao pessoal do Município.

A Administração Municipal realizou estudos sobre a reposição dos vencimentos dos servidores, cuja data base agora passou a ser o mês de fevereiro, conforme artigo 62, parágrafo único, do Regime Jurídico Único Municipal, conforme redação dada pela Lei Complementar n.º 6.384, 12.05.2017.

Veja-se que o Índice de Gastos com Pessoal em 2018 foi de 50.97%. incluindo a Administração Indireta, como determina a Legislação pertinente. Este resultado possibilita a reposição a ser dada, uma vez que observado o limite legal, que é de 54% da Receita Corrente Líquida.

Assim, solicito a aprovação do presente projeto de lei complementar, para conceder a revisão geral de vencimentos do pessoal do Município no percentual de 3,43% (três virgula quarenta e três por cento), com base no INPC no período de janeiro a dezembro de 2018, para todos os servidores conforme consta no Projeto de Lei Complementar em anexo. Juntamente concede aumento real de vencimentos ao pessoal do Município de Montenegro no índice de 0,74% (zero virgula setenta e quatro por cento).

Veja-se que a revisão geral de vencimentos concedida ao pessoal do Município, inclusive ao Magistério, não atinge o Piso Nacional do Magistério, fato que nos anos anteriores vinha ocorrendo.

Assim, há necessidade de se conceder aumento ao Magistério, atinente ao percentual de 0,74, a fim de alcançar o valor do Piso Nacional do Magistério.

Sendo que em respeito ao Princípio da Isonomia, deve ser concedido aumento real a todos os servidores e não somente aos integrantes do Quadro do Magistério.

Outrossim, em anexo, também consta projeto de lei complementar anexo que visa autorizar o pagamento da diferença do piso salarial nacional ao magistério municipal referente aos meses do ano de 2019 em que este seja superior ao valor do padrão referencial de que trata o artigo 42, inciso I, da Lei Complementar n.º 3.943/2003.

Inicialmente, esclareço que desde janeiro de 2019 foi fixado pelo Ministério da Educação um reajuste de 4,17% no Piso Nacional do Magistério, passando para R\$ 2.557,74 de acordo com o que dispõe o caput do art. 5º da Lei Federal n.º 11.738/2008. E, como no Plano de Carreira do Magistério do Município de Montenegro a carga horária do professor é de 22 horas semanais, havendo proporcionalidade com o Piso Nacional, deve-se fixar o piso do magistério a partir de janeiro de 2019, no valor de R\$ 1.406,87.

Ainda, de acordo com a Tabela de Remuneração de janeiro de 2019 o Município paga para o Nível 01, Classe A, o valor de R\$ 1.350,55, portanto, R\$56,32 abaixo do piso nacional para 22 horas semanais, refletindo na remuneração das classes e dos níveis do Plano de Carreira do Magistério, conforme Lei Municipal n.º 3.943/2003.

Saliento que há impacto orçamentário-financeiro suficiente para cobrir as despesas dos 02(dois) projetos de lei complementar descritos acima.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Gabinete do Prefeito "Montenegro Cidade das Artes" "Capital do Tanino e da Citricultura"

Acrescento que no ano de 2019 o percentual 3,43 de revisão geral de vencimentos ficou abaixo da média dos seis anos anteriores, equivalente a 7,095%. Mesmo com o aumento real 0,74%, conceder-se-á reajuste inferior à média anual, face a soma da revisão geral e do aumento real totalizar 4,17% (3,43+0,74=4,17), ou seja, 2,925% inferior à média anual.

Abaixo, segue tabela informando os percentuais concedidos anualmente, sua média anual e a subtração da revisão geral e do aumento real desta média anual.

ANO	% Reajuste
2013	8,00%
2014	7,00%
2015	9,00%
2016	9,42%
2017	4,00%
2018	5,15

Média	7,095%
(2,07+3,08)	-4,17%
Diferença	2,925%

Nesse sentido, solicito a aprovação dos dois projetos de lei complementares.

Anexo o processo administrativo 314/2019. Atenciosamente.

CARLOS EDUARDO MÜLLER Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor Vereador Cristiano Von Rosenthal Braatz Câmara Municipal de Vereadores Montenegro/RS CAMARA DE VERNADORES DE MONTENEGRO
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Em: 11 1 01/19 às 16 : 15